



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

30/09/2016 - Sinttel-ES

Vivo continua impondo a miséria para os “colaboradores”

Empobrecer é o futuro dos/as trabalhadores/as na maior e mais lucrativa operadora de telefonia do Brasil.

A única alternativa para mudar essa situação é fazer como os bancários — que estão em greve há mais de 20 dias — e os petroleiros, que já estão em estado de greve.

A terceira reunião de negociação com a Vivo, em São Paulo, nesta quinta-feira, dia 28, não foi nada produtiva. A Vivo, que copiou inteiramente o modo GVTista de relações com os empregados, continua batendo o pé no empobrecimento daqueles que se esforçam. Ela oferece uma migalha de reajuste, aumenta jornada e Acordo Coletivo por 2 anos.

A proposta da empresa é mais do mesmo. Há sim, uma coisinha diferente na proposta, mas que não podemos chamar de avanços ou melhorias nos salários e

benefícios.

A Vivo lucrou em 2015 – R\$ 3,31 Bilhões

Até junho de 2016 – R\$ 1,9 bilhão. Cresceu neste período 43%

O PPR teve as metas batidas em 106% até agora.

Inflação até a data base – 1º de setembro – já comeu dos salários e benefícios 9,62%

A empresa oferece 6,5% para os pisos e 6% para aqueles/as que ganham até R\$ 1.156,20, Acima disso vão receber R\$77,15 incorporados aos salários.

Isso é arrocho, arrocho, arrocho!

Basta de precarização nas empresas do setor de telecomunicações

Proposta Vivo de Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018 — 2 anos			
Jornada de Trabalho – Equipe de Campo		Aumentar de 40 para 44 horas Instituir Banco de Horas	
Piso Salarial São Paulo			
Função	Era em 31/08	Reajuste Janeiro de 2017	Índice
Auxiliar de LA	R\$ 986,74	R\$ 1.085, 41	
Instalador de LA	R\$ 1.117,07	R\$ 1.228,78	6,5%
Reparador L A	R\$ 1.595,00	R\$ 1.754,50	
Demais Estados			
Piso Salarial	R\$ 950,00	R\$ 1.045,91	6,5%
Auxílio-Alimentação – Tiquete Restaurante			
SP e RJ	R\$571,66	R\$ 667,46	6,5%
Demais Estados	R\$502,44	R\$ 595,44	
Reajuste entre do piso salarial ... até R\$ 1.156,20			6,5%
Reajuste para os salários acima de R\$ 1.156,20			R\$77,15
Reajustes condicionado à aceitação do aumento de Jornada (pessoal de campo)			
Função em São Paulo	Era em 31/08	Reajuste Em Janeiro de 2017	Índice
Auxiliar de LA	R\$ 1.085, 41	R\$ 1.155,96	
Instalador de LA	R\$ 1.228,78	R\$ 1.308,65	
Reparador LA	R\$ 1.754,50	R\$ 1.868,54	
Outros Estados	R\$ 1.045,91	R\$ 1.113,89	
Administrativos	R\$ 1.156,20	R\$ 1.231,35	6,5%
Lojas 220h	R\$ 1.121,37	R\$ 1.194,36	
Lojas 180h	R\$ 891,69	R\$ 949,65	
Atendimento	R\$ 866,95	R\$ 923,30	



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

REAJUSTE BENEFÍCIOS			
Auxílio-Alimentação – Tiquete Restaurante - Reajuste			Índice
Administrativo	Em maio 2017	R\$ 945,63	6,5%
Lojas	Em janeiro de 2017	R\$ 661,43	
Campo RJ e SP		R\$ 721,02	
Campo demais estados		R\$ 633,73	
Atendimento RJ e SP		R\$ 608,40 (5 dias)	
		R\$ 653,33 (6 dias)	
Atendimento demais estados		R\$ 534,73 (5 dias)	
		R\$ 565,61 (6 dias)	
Cesta básica - Reajuste			Índice
Auxiliar de LA e Instalador de LA	Janeiro de 2017	R\$ 166,46	6,43%
Reparador de LA e Técnico ADSL	NÃO TEM REAJUSTE		0,0%
Tiquete Restaurante em Horas Extras (superior a 2 horas)			
Administrativos	Janeiro de 2017	R\$14,16	
Lojas		R\$10,45	
Campo		R\$17,03	
Atendimento		R\$ 10,87	
Auxílio-creche – Reajuste em Janeiro de 2017			
Administrativo do ES	Para todos/as empregados/as	RS 541,00	5,45%
Administrativo Demais Estados			5,88%
Lojas	Para empregadas	R\$ 222,19	5,87%
Campo e Atendimento	Para empregadas	R\$ 541,00	
Auxílio-creche especial – Reajuste em Janeiro de 2017			
Administrativo	Para todos/as empregados/as	R\$ 1069,30	6,5%
Lojas, Campo e Atendimento		R\$ 706,22	

Be Flex	
1) Manutenção dos mesmos benefícios ofertados Assistência Médica, odontológica, Tiquete, Seguro de Vida, Complementação do Salário Afastamento, Convênios Farmácia e Academia	
2) Extensão do Programa por 2 anos, com as escolhas atuais	
3) Exclusão no Acordo Coletivo das cláusulas dos benefícios ofertados no Be Flex, mantendo-se a realização das escolhas anualmente	
Utilização de Veículos	
1) MANUTENÇÃO dos valores praticados pela aluguel e veículos, auxílio condutor e Reembolso KM Rodado e,	0,0%
2) EXCLUSÃO dessas cláusulas no Acordo Coletivo.	Não tem reajuste.
Cláusulas sociais	
1) AMPLIAR a vigência das cláusulas sociais para 2 anos (2018)	
2) REVISÃO das cláusulas atuais conforme TEXTO ENTREGUE nesta negociação.	
3) INCLUSÃO DE CLÁUSULA prevendo abono de 5 dias para os casos de TRABALHADORAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Próximas reuniões de negociação - dias 9 e 10 e 23 e 24 de Outubro/2016	



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

29/09/2016 - Convergência Digital

Anatel volta adiar revisão de regulamentos de interconexão e competição

A Anatel voltou a adiar uma decisão sobre a revisão dos regulamentos de interconexão e de metas de competição. As propostas como apresentadas buscam favorecer os competidores menores e novos entrantes, ao considerar nas regras de 'pequenos prestadores' todas empresas que não fazem parte de grupo econômico com Poder de Mercado Significativo, além de determinar a oferta pública de acordos de interconexão IP.

As empresas com poder de mercado são as principais prestadoras do país – Oi, Telefônica/Vivo, Embratel/Net/Claro e Tim, além da Algar em sua área de atuação. Sobre elas recaem certas obrigações “assi-

métricas”, principalmente a de terem ofertas públicas nos mercados de atacado. Pequenos provedores são dispensados de algumas obrigações regulatórias, como call center 24 horas.

No regulamento de interconexão, uma proposta é a obrigação de que haja ofertas de pontos de interconexão com redes de nova geração mesmo para tráfego de voz – para que entrantes não precisem investir em redes de comutação.

As propostas já estavam adiadas por pedido de vista do presidente substituto da Anatel, Igor de Freitas, que pediu novo adiamento de forma que a área técnica possa apresentar novas informações.

30/09/2016 - Convergência Digital

Serpro propõe redução de jornada e salários em 25%

O Serpro está propondo aos seus trabalhadores a redução da jornada de trabalho e a consequente redução do salário em até 25%. A negociação com os empregados está acontecendo. A estatal justifica a proposta como consequência da conjuntura econômica e a necessidade de reduzir a folha de pagamento. No modelo proposto, a economia do Serpro pode chegar a R\$ 187 milhões.

No encontro com os trabalhadores, realizado na terça-feira, 27/09, foi discutido o estudo feito por uma comissão de servidores e empresa que traçou o panorama funcional atual e potenciais impactos da redução da jornada em 1 ou duas horas diárias – com base nos quase 9 mil empregados do quadro interno com jornada atual de 8 horas.

Os sindicatos sustentaram que a redução da jornada com manutenção dos salários tem impactos positivos na produtividade e na percepção salarial. Mas os representantes do Serpro apresentaram como contraproposta uma redução de jornada e salários em 25%.

A estatal sugeriu ainda, conforme a ata da reunião que “os empregados enquadrados na regra do Acor-

do poderiam solicitar a redução de sua carga horária de trabalho de 40 para 30 horas semanais, mediante redução de 25% na referência salarial, com reflexos nas demais vantagens e direitos a ela vinculadas. Os valores relativos a Gratificação de Função Específica (GFE) deveriam observar o limite máximo de 60% do valor da referência salarial do empregado e, havendo necessidade de readequação de nível, deveria também haver a adequação do prazo e dos projetos designados.”

Para os sindicatos, a proposta “apresenta-se muito distante do pleito dos trabalhadores”, visto que “a redução proporcional de salário não atende aos objetivos pretendidos e impacta fortemente no poder aquisitivo dos trabalhadores”. Com base nas projeções apresentadas, o corte de custos nos moldes propostos, com redução da jornada para 6 horas e igual redução salarial, seria de até R\$ 186,7 milhões no caso da adesão de 100% dos funcionários – considerando-se os 8.989 que trabalham 40 horas semanais.

Leia mais em:

<http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

30/09/2016 - Convergência Digital

Conselho Consultivo: Relatório anual da Anatel é raso e pouco transparente

Em uma das cada vez mais raras reuniões, o Conselho Consultivo da Anatel avaliou nesta sexta-feira, 30/9, o relatório anual da agência sobre o ano de 2015 e o destaque foi a consideração de que o documento é raso mesmo sobre temas importantes.

“É um documento importante para instrumentar a sociedade. Mas o relatório teve caráter muito geral mesmo em temas sensíveis”, reclamou a conselheira Flávia Lefèvre, com assento por entidades representantes dos usuários. Para ela, “é fundamental que o Relatório aborde com profundidade questões centrais e sensíveis para a sustentabilidade do setor e para as relações de consumo”.

Nesse sentido, a relatora lamentou a escassez de dados sobre a revisão do modelo em andamento, sobre telefones públicos, ou mesmo sobre o plano nacional de banda larga. Também tem poucos detalhes sobre informações que a própria Anatel entendeu serem públicas para aprimorar a competição.

“Surpreende a generalidade do relatório, uma vez que ninguém duvida que um dos problemas que

emperra a democratização e a maior penetração da banda larga fixa é a concentração das redes e a verticalização dos serviços nas mãos das concessionárias. Nesse cenário, o PGMC é fundamental. Se o SNOA está instalado desde 2013, seria muito importante que trouxesse a evolução das ofertas que as empresas são obrigadas a apresentar”, sustentou a conselheira.

Ainda mais escassos são dados relacionados aos bens reversíveis, tema central à própria revisão do modelo e a transformação das concessões em autorizações. “Quando a agência faz um relatório no atual momento e coloca dois parágrafos sobre bens reversíveis, lembrando que o TCU fez um acórdão apontando problemas. Sem transparência não vamos a lugar nenhum”.

A análise sobre o relatório anual da agência, aprovada pelo Conselho Consultivo, também pede mais informações sobre os termos de ajustamento de conduta que vem sendo negociados com as operadoras e sobre os potenciais impactos no mercado do processo de recuperação judicial da Oi.

30/09/2016 - Telesíntese

Morgan Stanley tem 4,6% de ações preferenciais da Oi

Em comunicado à CVM, companhia informa nova posição do Morgan Stanley

Em comunicado à CVM hoje (30) à noite, a Oi informa que o Morgan Stanley, de forma agregada, por meio de suas subsidiárias, atingiu posição de 7.187.710 de ações preferenciais de emissão da Oi S.A., equivalente a 4,6% do número total de ações preferenciais da companhia.

“Ademais, o Morgan Stanley atingiu exposição econômica comprada por meio de instrumentos financeiros de derivativos com previsão de liquidação financeira referenciados em 1.700.000 ações prefe-

renciais da companhia ou 1,1% do número total de ações preferenciais da companhia; e exposição econômica vendida por meio de instrumentos financeiros derivativos com previsão de liquidação financeira referenciados em 5.165.100 ações preferenciais da companhia ou 3,3% do número total de ações preferenciais da companhia.”

O comunicado acrescenta que Morgan Stanley não objetiva alterar a composição do controle ou estrutura administrativa da companhia.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/10/2016 - Rede Brasil Atual

Mídia e classe média orientam voto conservador nas grandes cidades

Monopólio dos meios de comunicação tem seus efeitos concentrados no eleitorado das grandes cidades, onde se catalisa o voto antipetista acima de tudo, em prejuízo da democracia brasileira

Uma das características políticas do Brasil nos últimos anos tem sido a polaridade entre a votação nas regiões em que o papel dos meios de comunicação é determinante – de que as grandes cidades do Centro-Sul é o melhor exemplo – e aquelas em que a melhoria das condições de vida da população é determinante – como no Nordeste do país – e anula o efeito da imprensa. Foi assim, caracteristicamente, na reeleição da Dilma, em 2014, quando ela foi amplamente derrotada no Centro-Sul – com a grande e decisiva exceção de Minas Gerais onde, ainda assim, foi derrotada em Belo Horizonte –, mas triunfou, sempre com mais de 70%, no Nordeste do Brasil.

Esse caráter conversador do voto nas grandes metrópoles é característico do mundo contemporâneo, tanto na América Latina, como na Europa. São lugares em que não apenas o peso da mídia é mais importante, como também a força da classe média na formação da opinião pública é maior que em outras regiões dos países. E uma classe média que tem abrigado no seu seio tanto correntes muito conservadoras, como também setores que assumem posições de extrema-direita, de intolerância com a diversidade de opiniões, de racismo e de machismo marcantes. E o fazem com estardalhaço, contaminando a percepção das posições do conjunto da sociedade.

As eleições municipais de quatro anos atrás revelaram com clareza esse fenômeno, com resultados muito favoráveis à direita, que não apareceram tão claramente, pela vitória de Haddad em São Paulo, um fenômeno na contramão das tendências predominantes. Os resultados no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Porto Alegre, em Salvador, em Fortaleza, em Belém, em Manaus, entre outros, definiram essa tendência geral, que agora volta a se expressar.

Os resultados do primeiro turno das eleições municipais deste ano confirmam esse cenário e essa tendência. Antes de tudo, pela vitória do candidato

tucano, João Doria, em São Paulo, impedindo a reeleição de Fernando Haddad, apesar do excelente mandato do atual prefeito. É a expressão mais categórica dessa tendência. A direita acabou concentrando seus votos em Doria e impediu, pela terceira vez, que o PT pudesse reeleger o seu prefeito.

Em cidades como Salvador, o prefeito de direita conseguiu se reeleger no primeiro turno. Em outras cidades importantes, como Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, foram para o segundo turno somente candidatos de direita. Mesmo onde a esquerda chegou ao segundo turno, como no Rio de Janeiro, Recife e Belém, chegou em segundo lugar, às vezes em duras disputas com os que ficaram para trás, enfrentando vantagens substanciais do candidato da direita que liderou o primeiro turno.

No Rio, Freixo teve votação mais de 10 pontos inferior da obtida há quatro anos, contou com o voto útil para chegar ao segundo turno e o Psol ainda perdeu um vereador na Câmara.

Em suma, o monopólio dos meios de comunicação, que tanto mal tem provocado à democracia brasileira, tem seus efeitos concentrados sobre as grandes cidades, onde o eleitorado, uma vez mais, revela o peso do conservadorismo. Campanhas dirigidas para produzir rejeição nos políticos e governantes de esquerda – de que o caso de São Paulo é o mais escandaloso –, abrem caminho para políticos aventureiros e candidatos sem maior expressão, catalisarem o voto antipetista.

Nas grandes cidades se concentram os dois fatores mencionados acima: o peso da mídia e o peso da classe média, particularmente sensível a essas campanhas. O primeiro turno das eleições municipais deste ano reflete diretamente esse fenômeno. Ele tem se manifestado também nas grandes cidades latino-americanas, assim como nas europeias, onde esses fatores pesam igualmente.

01/10/2016 - Vermelho

Petroleiros farão ato contra entrega do pré-sal às multinacionais

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) realiza nesta segunda-feira (3), às 17 horas, na Câmara dos Deputados, um ato público em repúdio ao projeto de lei que retira da Petrobras o direito de participação mínima em 30% das jazidas do pré-sal e acaba com a posição privilegiada da estatal como operadora única dos campos de petróleo.

O projeto é de autoria do senador licenciado e atual ministro das Relações Exteriores do governo ilegítimo de Michel Temer, José Serra (PSDB), e está pronto para ser votado no plenário da Casa. O projeto é de autoria do senador licenciado e atual ministro das Relações Exteriores do governo ilegítimo de Michel Temer, José Serra (PSDB), e está pronto para ser votado no plenário da Casa. O projeto é de autoria do senador licenciado e atual ministro das Relações Exteriores do governo ilegítimo de Michel Temer, José Serra (PSDB), e está pronto para ser votado no plenário da Casa. O ato conta com apoio dos partidos de oposição e também de movimentos sociais e de centrais sindicais.

Em entrevista à Rádio PT o coordenador-geral da FUP, José Maria Rangel disse que a pressa do governo golpista de Michel Temer para entregar o controle do pré-sal "atende unicamente aos interesses das grandes companhias multinacionais do petróleo".

"A partir da década de 1970, a geopolítica da



exploração do petróleo mudou. As empresas controladas pelos Estados passaram a ter preponderância tanto na questão da reserva de barris quanto na produção. Segundo consultorias especializadas, em 2030 esses países controlarão até 85% das reservas mundiais. Ou seja, iria sobrar algo como 15% para as multinacionais. Elas acham isso pouco, e

estão saindo mundo afora tentando achar governos entreguistas como o de Temer para aumentar suas reservas", explicou.

Resistência

Apesar dos interesses poderosos que patrocinam a proposta de entrega do pré-sal, o dirigente da FUP conclama todos os brasileiros a resistirem a mais essa ameaça de retrocesso.

"Temos que resistir até o último momento. O pré-sal não interessa apenas aos petroleiros, mas a todos os brasileiros. Ele pode render ainda muitos recursos para a saúde e a educação, além de gerar milhares de empregos, porque na lei de partilha está inclusa a questão do uso de tecnologia nacional (na exploração do pré-sal)", observou.

A lei dos royalties do Petróleo, sancionada pela então presidenta da República eleita Dilma Rousseff, destina 75% dos royalties e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação. O documento determina ainda que 25% dos royalties devem ser usados para a área da saúde.